

JAMES STEUART E O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA

Maria Mello de Malta

“(...)ele [o Princípio da Demanda Efetiva] constitui de fato um *princípio básico*, universal, a ser respeitado por qualquer teoria econômica do capitalismo, mas que em si mesmo *não* constitui em uma *teoria*.” (Possas, 1987, p.50 – itálicos no original).

I ***Introdução:***

O objetivo deste trabalho é apresentar a questão de que o princípio da demanda efetiva pode ser compatível com a teoria da acumulação de um autor da tradição clássica como James Steuart. O interesse em demonstrar esta possível compatibilidade é indicar que uma teoria do produto baseada no princípio da demanda efetiva pode ser base para uma análise do processo de acumulação semelhante àquela desenvolvida por Steuart. Há, porém, que se ter em mente que esta discussão não pode, nem pretende, ser esgotada nas poucas páginas que compõem este trabalho, objetivando-se aqui propor simplesmente uma discussão a respeito da construção de análises sobre o desenvolvimento econômico retomando o ponto de vista distributivo clássico, mas sem a perda dos desenvolvimentos posteriores sobre a teoria do produto que sigam o princípio da demanda efetiva.

Para defender este ponto de vista é necessário explicar que o conceito de teoria clássica aqui utilizado é diferente daquele utilizado por Keynes, deixar claro qual o papel da lei de Say na teoria clássica para explicitar qual o espaço a ser ocupado pelo princípio da demanda efetiva e finalmente indicar como em James Steuart, diferentemente da maior parte dos outros clássicos, é possível compatibilizar o princípio da demanda efetiva não apenas com a teoria do valor e distribuição que utiliza, mas também com sua teoria da acumulação.

II ***O conceito de teoria clássica da abordagem do excedente***

Em seu sintético capítulo I da Teoria Geral Keynes define em nota de rodapé o que entende por economistas clássicos dizendo:

“ “Os economistas clássicos” é uma denominação inventada por Marx para designar Ricardo e James Mill e seus predecessores, isto

é, os fundadores da teoria que culminou em Ricardo. Acostumei-me, talvez perpetrando um solecismo, a incluir na “escola clássica” os seguidores de Ricardo, ou seja, os que adotaram e aperfeiçoaram sua teoria, compreendendo (por exemplo), J.S.Mill e Prof. Pigou.”

Desta forma, o critério que Keynes utiliza para delimitar a escola clássica está longe de ser um critério embasado em teoria¹. Esta conclusão se baseia nas seguintes observações: 1) Marx, ao utilizar a denominação “economistas clássicos”, não pretendeu apenas dizer que existiu uma teoria que culminou com Ricardo e que continuou depois dele, mas que existiu uma teoria que atingiu seu ápice de desenvolvimento na obra de Ricardo, porém que esta tradição teórica havia sido rompida, não tendo outros seguidores depois de Ricardo; 2) não seria razoável incluir em uma mesma escola de pensamento teórico autores como Ricardo e Smith, que consideravam que os salários fossem determinados por subsistência, e os autores como Pigou que determinavam salários pela interação de oferta e demanda no mercado de trabalho, denotando seguirem teorias do valor e distribuição completamente diferentes. Qual seria então a base de Keynes para classificar economistas como clássicos?

Podemos dizer que existem basicamente quatro grandes visões a respeito do que venha a ser a economia política clássica. Entre estas quatro visões há uma divergência muito grande sobre quais autores participam desta tradição de pensamento, bem como o período histórico que tomam como relevante para enquadrar esta tradição pode variar em até 100 anos. Observemos então, de maneira sumária, quais seus principais elementos e suas diferenças.

A definição usualmente encontrada para economia política clássica é a desenvolvida por Alfred Marshall. Esta definição enfatiza a continuidade entre clássicos e neoclássicos e indica o início do período clássico com a obra de Smith, inclui David Ricardo e John Stuart Mill. O período neoclássico se iniciaria com a publicação da obra de Marshall, porém sem que houvesse qualquer ruptura teórica fundamental entre os dois períodos. Nesta análise está embutida a idéia de que só existe uma linha teórica em economia, que hoje atinge seu mais alto grau de desenvolvimento, implicando, assim, que ao longo do tempo o que se observa na história do pensamento econômico é uma sucessão de autores que anteciparam de forma mais ou menos completa esta teoria.

¹ É importante ressaltar que Marx não incluía James Mill entre os clássicos. Esta inclusão ficou a cargo do próprio Keynes, tanto quanto a inclusão dos “seguidores” de Ricardo.

Usando esta definição rescreve-se a história do pensamento econômico de acordo com a contribuição conceitual de cada autor para a concepção teórica atualmente dominante. Assim constrói-se uma noção evolucionista da economia em que os autores seguem, mais adequadamente ou menos consistentemente, o caminho para se chegar ao desenvolvimento atual da análise econômica.

Neste contexto, o pensamento clássico acaba virando apenas uma coleção de autores ingleses e escoceses que escreveram desde um pouco antes do período vitoriano até Marshall², quando começaria o pensamento neoclássico. Desta forma deixa de existir uma escola de pensamento clássica para haver apenas um “período clássico”.

Enquanto esta primeira visão pode ser atribuída aos economistas ortodoxos, podemos encontrar entre os economistas heterodoxos ainda 3 visões distintas. Uma baseada na análise de Schumpeter a respeito da história do pensamento econômico, outra desenvolvida pelos marxistas e uma terceira apresentada por Sraffa, baseada no conceito de economia política clássica que Marx desenvolveu no livro “Teorias da Mais-valia”.

Duas destas outras visões sobre o conceito de clássicos, a de Schumpeter e a marxista, surgem de uma mesma idéia. Schumpeter admite que existe uma ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, e utiliza o mesmo corte analítico que os marxistas. Ou seja, ambos os grupos consideram que existe de fato uma escola de pensamento clássica que estaria ligada à teoria do valor trabalho, ou seja, que considera o trabalho como a fonte, a substância do valor. Do outro lado, existiria uma teoria construída se baseando na utilidade como fonte do valor.

Schumpeter considera o desenvolvimento teórico da escola clássica pouco rigoroso e defende que seja abandonado, sendo substituído alternativamente pela teoria desenvolvida por Böhm-Bawerk e pela a escola austríaca que criticou Marx e os ricardianos. Já os marxistas consideram que os clássicos tinham uma teoria bastante válida que merecia ser desenvolvida, apesar de ideologicamente equivocada.

Aqui a escola de pensamento clássica passa a existir como algo diferente do conceito anteriormente apresentado. Como o critério para classificar um autor como clássico seria o fato de seguir ou não a teoria do valor trabalho encontraremos uma série de problemas para a classificação de alguns autores. As obras de autores como Smith e Ricardo seriam parte da escola clássica apenas sob uma hipótese específica ou até certo

² O livro texto de Marshall já vai ser chamado de neoclássico. O Marshall se considerava fazendo uma síntese do custo de produção de Ricardo, portanto da curva de oferta, com a curva de demanda de Jevons.

período de desenvolvimento da sua análise (a teoria do valor trabalho para Smith só tinha validade no estado rude-primitivo e Ricardo deixou de considerar válida a teoria do valor trabalho a partir da 3ª edição dos *Princípios*). Além destas fases de Ricardo e Smith teríamos apenas os socialistas ricardianos e Marx como membros da escola clássica. Porém excluindo estes autores em suas fases específicas, todos os outros autores serão utilitaristas ou terão mais de uma fonte do valor.

Este problema surge porque tanto os marxistas quanto Schumpeter parecem ter seguido o corte analítico sugerido por Veblen (1899). Tal corte analítico baseava-se na idéia de que existia uma continuidade filosófica entre Smith, Ricardo e os marginalistas, pois todos seriam hedonistas, individualistas e utilitaristas. Veblen criou então o termo neoclássico para denominar os autores marginalistas marcando tal continuidade. O objetivo desta expressão era, portanto, indicar uma continuidade filosófica, não tendo qualquer compromisso com o tipo de análise teórica para economia que era seguida por estes autores. Aqui se esclarece um pouco o mistério de porque se chama de teoria neoclássica uma teoria que foi criada criticando e visando substituir a clássica. Caso fôssemos avaliar as linhas teóricas dos economistas clássicos e dos marginalistas (os neoclássicos) seria mais apropriado chamar estes últimos de “anti-clássicos”³.

Esta forma de se ler a história do pensamento econômico traz consigo o problema de usar critérios de classificação e taxionomia de fundo não econômico. Por exemplo, seguindo a classificação de Veblen dois autores que explicitamente seguem a mesma teoria do valor e da distribuição como Ricardo e Marx estariam classificados em grupos antagônicos, pois Ricardo seria um hedonista e utilitarista enquanto Marx não o seria.

A quarta visão sobre o que é economia clássica foi desenvolvida com base na obra de Piero Sraffa, principalmente a partir da publicação da edição crítica das obras de Ricardo em 1951. Esta interpretação ganhou força após a publicação de “Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias” em 1960. Este livro buscou retomar o pensamento clássico de onde tinha sido abandonado e ainda fazia uma crítica da teoria neoclássica.

A interpretação de Sraffa do que seria a escola clássica apresentada na sua introdução às obras de Ricardo é totalmente diferente destas três visões apresentadas como as tradicionais entre ortodoxos e heterodoxos e diz que o elemento comum aos clássicos, que permite a comunicação entre eles, que possibilita desenvolverem o trabalho um do

³ Sobre este tema ver Polanyi(1957).

outro e poderem discutir nos mesmos termos desde 1650 com William Petty até Ricardo em 1823, é o conceito de excedente⁴.

Esta idéia de Sraffa já estava presente em Marx em seu “Teorias da Mais-valia”. Neste livro Marx já valorizava e buscava retomar e desenvolver o método clássico de análise econômica. Na época que escreveu já estava em curso a revolução marginalista e, portanto, já se perdia progressivamente a noção do que era de fato a tradição clássica. Apesar de considerar que a grande descoberta científica destes autores era o conceito de excedente, Marx identificou algumas limitações nas suas teorias da acumulação dada a existência, pelo menos implícita, da lei de Say em seus argumentos.

Sendo o conceito de excedente um conceito econômico e sabendo que tal conceito é a base de uma determinada teoria do valor e distribuição, classificar-se-á como clássicos, segundo esta leitura do pensamento econômico, todos os autores que possuírem o conceito de excedente como base de sua análise.

Apresentadas as quatro grandes visões, se crê ser possível identificar a definição apresentada por Keynes com a visão ortodoxa sobre economia política clássica. Nosso argumento, porém, seguirá o conceito de economia política clássica proposto por Sraffa.

III O papel da lei de Say na teoria clássica

Dado que determinamos o que entendemos por economistas clássicos e qual a teoria do valor e distribuição por eles utilizada, devemos identificar em que âmbito da estrutura teórica dos clássicos aparece a lei de Say e qual seu papel no argumento teórico geral destes autores.

Em qualquer tipo de teoria econômica a ligação entre a teoria do valor e distribuição e a teoria de determinação do produto deve ter como eixo fundamental a relação entre poupança e investimento.

⁴ O argumento básico da abordagem sraffiana é que a economia política clássica tem o excedente como conceito de referência fundamental para sua teoria do valor e e distribuição. No esquema analítico sraffiano tomam-se as condições técnicas de produção, a taxa de salário real e o produto social como dados para a determinação do excedente. O excedente é determinado a partir da diferença entre o produto social e o consumo necessário, onde o consumo necessário é o resultado da taxa de salário multiplicada pelo número de trabalhadores empregados na economia. É também a partir daqueles dados que se constrói o núcleo da teoria clássica, ou seja, as suas teorias da distribuição e do valor. Para uma análise mais profundada do que seja a abordagem sraffiana, ou do excedente, ver, por exemplo, Garegnani(1980), Garegnani (1998), Ciccone (1994) e Ciccone (1998).

“(1)As teorias do produto deveriam ser teorias que determinariam o nível normal do produto em termos das forças que consideram persistentes e dominantes:

e por consequência

(2) ao relacionarmos a teoria do produto com a teoria do valor e distribuição nós estaremos preocupados com o efeito que os preços e a distribuição de renda podem ter sobre a determinação do nível normal do produto e da tendência para este nível;

(3) seguindo Garegnani (1983, Cap2) observamos a relação entre poupança e investimento como a chave para a elucidação de (1) e (2); e

(4)um papel importante será portanto realizado pelas teorias da taxa de lucro, isto porque esta taxa é relacionada (de forma radicalmente diferente nas diferentes teorias) com a relação poupança-investimento, e porque dá o link entre o fenômeno monetário e a determinação do produto em termos reais.” (Eatwell , 1983)

As teorias do valor e distribuição na abordagem do excedente são entendidas como o núcleo teórico e tomam como dados os salários reais, o nível e a composição do produto e as condições técnicas de produção. As variáveis que se deseja determinar a partir destes dados são a taxa de lucro e os preços relativos. Como o produto é um dado neste contexto não há espaço, no núcleo teórico, para relações funcionais entre quantidades e preços, ou entre poupança, investimento e taxa de lucro. A discussão principal desenvolvida pelos autores da abordagem clássica estava portanto em torno de como é determinado e como é distribuído o excedente.

A questão da acumulação (variação no tamanho do produto) se dá fora do núcleo da abordagem do excedente. Mudanças no produto irão implicar, em geral, em alterações nos preços e na taxa de lucro. Porém nada pode ser dito, a priori, sobre estas mudanças, que refletem, de um modo geral, variações nas condições técnicas de produção, um dos elementos considerados como dados no núcleo. Assim, na abordagem do excedente, as teorias do valor e distribuição são separadas formalmente da teoria do produto.

É exatamente no âmbito da discussão do processo de acumulação que aparece a lei de Say na teoria clássica, tanto que, em Ricardo, a apresentação do princípio de Say só se dá no Capítulo 21 dos Princípios, cujo título é “Efeitos da acumulação sobre os lucros e o juro”.

Segundo Garegnani (1983) a discussão relevante a respeito do papel ou da relação entre a lei de Say e a abordagem do excedente se dá na obra de Ricardo. Não apenas porque é a primeira vez que a idéia de que uma decisão de poupança corresponde direta ou indiretamente a uma decisão de investimento (o que implica que sempre a oferta agregada

será igual à demanda agregada) é assim intitulada, mas também porque é a primeira vez que é usada de forma coerente ao longo de toda a argumentação .

O uso da lei de Say no trabalho de Ricardo parece ter tido o objetivo de reforçar a discussão a respeito do método de determinação da taxa de lucro. O objetivo teórico principal deste autor era o desenvolvimento de uma teoria que desse conta da determinação da taxa de lucro da economia sem ambigüidades. É fato que a questão dos lucros é fundamental na explicação do processo de acumulação dos economistas clássicos. Porém, a despeito de querer reformular a questão dos lucros, Ricardo aparentemente não questiona a formulação do processo de acumulação de Smith , apenas tenta torná-lo consistente.

“No trabalho dos clássicos, a existência de um excedente é uma condição necessária para a acumulação de capital. Para a maioria deles a existência de excedente também é vista como uma condição suficiente (lei de Say) pelo menos no que diz respeito à parte do excedente que se refere aos lucros: de fato, os lucros são largamente poupados, e estes autores davam por certo que qualquer decisão de poupança se transformaria, direta ou indiretamente, em investimento.” (Ciccone, Surplus, pp. 443).

No caso de Ricardo este tipo relação entre poupança e investimento ganhou o nome de lei de Say .

Segundo Eatwell (1983) a lei de Say foi construída sobre duas idéias:

“a primeira (...) que localizava o problema no âmbito das trocas de mercadorias, com a moeda sendo simplesmente um meio de facilitar as trocas; e a segunda (...), que tinha o fluxo circular de mercadorias no processo de reprodução como pano de fundo da interação entre oferta e demanda, ou seja, a oferta de um produto é a demanda por outro produto.”

Nas palavras de Ricardo (1817, Cap. 21):

“No entanto mostrou Say, de maneira mais satisfatória, que não há nenhum montante de capital que não possa ser empregado em um país, porque a procura é somente limitada pela produção. Ninguém produz a não ser para consumir ou vender, e jamais se efetua uma venda a não ser com a intenção de comprar outra mercadoria que possa ser

imediatamente utilizada [consumo] ou possa contribuir para a produção futura [investimento].”⁵

Assim Ricardo faz a oferta agregada ser obrigatoriamente igual à demanda agregada .

Portanto, o papel que a Lei de Say assume na teoria de Ricardo é o de ocupar o lugar de uma teoria do produto, apesar de, como aponta Garegnani (1983), “não ser o resultado de uma análise de um mecanismo investimento-poupança, mas o resultado de uma falta de tal análise. (...) E ainda seria possível ir mais longe dizendo que (...) **a teoria da distribuição de Ricardo está aberta, no sentido de que nem provê premissas capazes de justificar a tendência do investimento a se ajustar à poupança, nem depende da existência de tais premissas.**”

Mas o motivo pelo qual Ricardo se preocupa em apresentar e seguir a lei de Say é a sua preocupação em reforçar seu argumento perante Malthus e Adam Smith a respeito da forma de determinação da taxa de lucro, em particular, bem como a respeito à teoria do valor e distribuição em geral.

Tanto Malthus quanto Smith tinham algumas indeterminações a respeito da teoria do valor e distribuição que se refletiam nas suas hipóteses sobre a teoria da acumulação. Adam Smith considerava que a acumulação de capital levaria a uma queda na taxa de lucro. Malthus identificava o “*general glut*” com uma queda na taxa de lucro trazida à tona por um excesso de capital.

A análise sobre os lucros em Ricardo (1817) conclui que “nenhuma acumulação de capital pode ocasionar uma queda permanente dos lucros, a menos que determine a elevação dos salários”. Ou seja, para Ricardo se não houvesse uma piora das condições de produção dos bens salários (terras de pior qualidade sendo usadas nos setores que produzem excedente dos bens de subsistência) não haveria porque ter uma alteração na taxa de lucro simplesmente em virtude de um aumento no nível de acumulação (da quantidade de capital investido na economia).

O capítulo 21 dos *Princípios* de Ricardo (1817), aquele em que apresenta a lei de Say, objetiva criticar a visão de Smith, que considerava como equivocada, a respeito da possibilidade de ocorrer uma queda permanente na taxa de lucro que não fosse acompanhada por um aumento nos salários. Esta queda dos lucro sem reflexo sobre os

⁵ Colchetes adicionados pela autora.